

## ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11
<b>PREÂMBULO</b> .....	21
1. Clarificação de conceitos .....	23
2. Síntese da evolução das representações da pobreza e das soluções institucionais europeias ao longo da Idade Moderna .....	35
3. Breve síntese do pensamento português sobre a pobreza e o seu socorro nos finais da Idade Moderna .....	39
<b>PARTE I – REDE INSTITUCIONAL E REFORMISMO RÉGIO A PARTIR DE D. JOSÉ</b>	
A) As instituições .....	47
1. Misericórdias .....	49
1.1. Razões da fundação e rápida expansão .....	52
1.2. Organização interna .....	53
1.3. Situação económica .....	56
1.4. Relações com o poder eclesiástico .....	60
1.5. A sua acção .....	61
1.6. Complexidade administrativa .....	67
2. Hospitais .....	73
3. Rodas de expostos .....	79
4. Colégios de Órfãos .....	87
5. Dotes de casamento .....	93

6. Recolhimentos.....	101
7. Confrarias ou Irmandades .....	107
8. Ordens Terceiras.....	113
9. Igreja .....	117
B) A acção da Coroa desde D. José a D. João VI.....	123
1. A intervenção nas instituições de protecção social.....	123
1.1. Promulgação de leis gerais com reflexos nas instituições de protecção social.....	124
1.2. Intervenção directa da Coroa nas instituições de protecção social .....	130
2. O controlo das populações ociosas e vadias .....	143
2.1. A Intendência Geral da Polícia.....	143
2.2. A Casa Pia de Correção da Corte.....	147

## **PARTE II – NO INTERIOR DAS INSTITUIÇÕES: AS PESSOAS**

A) Assistidos e assalariados: caracterização de algumas tipologias.....	155
1. Expostos .....	159
2. Hospitalizados.....	167
3. Órfãs dotadas e seus maridos .....	179
4. Suplicantes de esmola .....	189
5. Amas de expostos.....	197
B) Agentes da assistência. Motivações e formas de poder.....	207
1. O controlo das instituições: contributos para a história das elites e das instituições de poder local .....	209
2. O domínio sobre os assistidos: o caso das mulheres recolhidas.....	219

## **BIBLIOGRAFIA**

<b>BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA</b> .....	239
Preâmbulo .....	241

As instituições.....	246
1. Misericórdias.....	246
2. Hospitais.....	253
3. Rodas de Expostos.....	258
4. Colégios de Órfãos.....	261
5. Dotes de casamento.....	262
6. Recolhimentos.....	263
7. Confrarias ou Irmandades.....	266
8. Ordens Terceiras.....	268
9. Igreja.....	269
A acção da Coroa desde D. José a D. João VI.....	271
1. A intervenção nas instituições de protecção social.....	271
2. O controlo das populações ociosas e vadias.....	274
Assistidos e assalariados: caracterização de algumas tipologias.....	276
1. Expostos.....	276
2. Hospitalizados.....	278
3. Órfãs dotadas e seus maridos.....	280
4. Suplicantes de esmola.....	281
5. Amas de expostos.....	282
Os agentes da assistência. Motivações e formas de poder.....	283
1. O controlo das instituições: contributos para a história das elites e das instituições de poder local.....	283
2. O domínio sobre os assistidos: o caso das mulheres recolhidas.....	286
<b>BIBLIOGRAFIA GERAL.....</b>	<b>289</b>



## **APRESENTAÇÃO**



Este livro começou por ser o relatório da disciplina *Instituições de protecção e controlo social*<sup>1</sup> entregue em 2007 na Universidade de Coimbra para a obtenção do Grau de Agregado em História, sendo defendido em provas realizadas em Junho de 2008. Embora a Direcção da Faculdade de Letras aprovasse a sua publicação na “Colecção Estudos” em Janeiro de 2009, só no fim deste ano me foi possível retomar e rever o texto com o objectivo essencial de actualizar a bibliografia entretanto vinda a público.

A investigação própria deve alimentar o ensino universitário. Condensam-se, pois, aqui, os resultados do meu trabalho nesta temática, mas também o de muitos outros historiadores, como é evidente. Pretende-se que esta obra seja um guia para estudantes dos três ciclos do ensino superior. Mas espera-se, também, que possa revelar-se proveitosa para quantos se interessam pelo tema ou pela época.

Tive ocasião de escrever, já há mais de dez anos, que “face aos novos desafios da moderna historiografia, os estudiosos portugueses vêem-se obrigados a desbravar muito terreno porque há que conhecer quase tudo: desde a listagem de instituições beneficentes e o seu suporte económico e social, até à análise quantitativa e sociológica dos assistidos. Desde a identificação dos benfeitores e os seus discursos justificativos até às suas motivações, desde o peso numérico dos assistidos até ao peso dos pobres em geral, sua repartição etária, por sexos, por estado conjugal, profissional, regional, por ruas, etc. E ainda as causas da pobreza reais e as causas atribuídas pelos coevos, as representações e codificações sociais de beneficentes e beneficiados, as propostas políticas concretas, as razões mais ou menos conscientes que estão por detrás de cada iniciativa ou reforma social, enfim um sem-número de interrogações que têm de ser esclarecidas para que o mundo dos pobres finalmente

---

<sup>1</sup> Seminário curricular do Mestrado em História Moderna: Poderes, Ideias e Instituições.

se revele” (M. A. Lopes, 1997). Actualmente, muitos estudos já vieram responder a parte dessas questões, mas ainda são difíceis as visões de conjunto.

É consensual que, para além das respostas institucionais, a caridade informal praticada por particulares era intensa. Todavia, este trabalho irá privilegiar as soluções institucionais. Sendo as instituições ponto de confluência de crenças, sistemas doutrinários e legislativos e de interesses e possibilidades (tanto nacionais como locais, governamentais ou privados), muito para além do mero elenco das organizações de protecção/controlo social, o que se pretende é ultrapassar esse nível para que se percebam as razões da sua existência e das suas modalidades, adquirindo-se, assim, instrumentos de compreensão da época e do problema actualíssimo da protecção/segurança social. Com o estudo das instituições de protecção e controlo social, desemboca-se, pois, na sociedade de Antigo Regime, na sua arquitectura política, jurídica, ideológica, social e económica. Desemboca-se também numa reflexão sobre a nossa sociedade, pois será inevitável que os alunos/leitores se questionem sobre a desigualdade dos nossos dias e os sistemas de regulação e protecção existentes e propugnados. O que os levará a reflectir sobre as suas percepções – tanto da sociedade de Antigo Regime como da nossa – e sobre as diferentes soluções político-sociais hoje em confronto. Questionar-se-ão, creio, sobre o fundamento das suas crenças sociais, agora mais claramente percebidas. Questionar-se-ão ainda (e tenho fundadas razões para o crer pela minha experiência docente), no âmago de si próprios, sobre as suas responsabilidades enquanto cidadãos.

Tais reflexões, que cada um deve fazer por si e para si, considero-as formas de enriquecimento pessoal e um dos grandes proveitos que advém do estudo destas matérias, pois também cabe ao professor de História procurar formar cidadãos informados, dotados de espírito crítico e intervenientes no seu tempo, munindo-os de instrumentos de análise especialmente profícuos. Assim sendo, e num tempo em que se reequaciona todo um sistema de protecção social, em que ouvimos e lemos as expressões Estado-Providência, Estado Social, Estado Liberal, segurança social, sistema de seguros privados, solidariedade, caridade (ou “caridadezinha”) – tantas vezes utilizadas de maneira inadequada numa nebulosa conceptual dificilmente desculpável quando oriunda de responsáveis políticos –, acredito que os alunos/leitores só terão a ganhar se clarificarem os conceitos e conhecerem a sua evolução histórica.



Uma outra ambição deste livro é auxiliar a formação de investigadores. Os conhecimentos e reflexões expostos proporcionam uma das bases para a aquisição de competências e comportamentos de investigação e produção historiográfica. Outra condição imprescindível é o domínio das fontes, locais onde podem ser encontradas, suas potencialidades e fragilidades, metodologias de tratamento e de interpretação, sendo imprescindível o contacto com variadas tipologias documentais.

E, terceiro vector para a formação do investigador, sem o qual não se é um cientista nem, no caso vertente, um historiador: a interiorização de valores e a sua aplicação no processo de investigação e na apresentação dos resultados. Valores que considero serem, acima de todos, a seriedade e honestidade científicas: relativamente às fontes e ao objecto de estudo, não os forçando a dizer o que queremos que eles digam; relativamente a nós e às nossas muitas possibilidades de errar, o que implica abertura para rever interpretações e para o dizer frontalmente se percebemos que não foi a mais correcta; relativamente aos outros, reconhecendo-nos pertença de uma comunidade científica, onde cada um contribui para a construção do saber e onde não somos nunca os únicos detentores da verdade – como dizia o padre António Vieira, “o verdadeiro saber é saber reconhecer a verdade, ainda que seja filha de outros olhos ou de outro entendimento” (*Sermão de Santo Agostinho*, 1648); comunidade científica cujo trabalho não pode ser ocultado ou menosprezado e muito menos apropriado, como também não pode ser enaltecido por razões estranhas à Ciência. Quando se entra no campo da deontologia, há valores a transmitir que os formandos terão de interiorizar (como o rigor ou a honestidade científica), mas outros são discutíveis, e como tal, só podem ser tratados enquanto reflexão conjunta. Nestes casos, sempre procurei transmitir e ouvir diversos pontos de vista, convidando à reflexão para que cada um, na sua autonomia, assuma uma prática consciente, desejando que os alunos percebam que a essência do universitário, a sua dignidade, decorre e decorreu sempre da liberdade de pensar e de dizer.

Há que compreender, também, que a História é ciência em permanente construção, que exige o trabalho hermenêutico, ultrapassando-se a mera narrativa/descrição, mas que o domínio desta vertente é imprescindível. Por isso, sempre apelei à rejeição absoluta da interpretação forçada, sem base documental, que, com frequência, é apenas mimetismo de outras realidades e historiografias ou de outros

campos do saber; quando não é, pura e simplesmente, busca de protagonismo. Tal rejeição decorre, como tantos outros aspectos do ofício de historiador, da honestidade, neste caso para com aqueles que procuramos compreender. É, pois, fundamental que os aprendizes de historiadores interiorizem a necessidade da busca permanente do equilíbrio entre objectividade e verdade histórica, por um lado, e aspiração da compreensão, da procura da inteligibilidade e da formulação de modelos interpretativos, por outro. Difícil sabedoria, é verdade, mas fundamental, pois a História não pode reduzir-se nem à mera descrição nem à vacuidade palavrosa, ao sincretismo conceptual que nem chega a ser meta-história e só pode redundar em negação da autonomia e da validade epistemológica da ciência que se diz praticar. História, que, não nos esqueçamos, tem dois sentidos e nenhum lhe pode ser negado: o devir histórico e a historiografia; e que esta, resultando da investigação e da problematização, tem de alcançar a informação e a interpretação. Não se veja aqui qualquer antinomia, nem se trata de defender a existência de cronistas cujo papel seria fornecer os dados a sociólogos ou filósofos da História. Não se trata, também, de uma concepção dual do ofício do historiador. O que há a interiorizar é a necessidade de um permanente questionamento sobre o que se descobriu e sobre a prática científica adoptada, que é o resultado de opções temáticas, conceptuais, metodológicas e expositivas, para já não referir os condicionamentos prévios de índole cognitiva e ética. O que há a interiorizar, pois, é a indispensabilidade de autovigilância epistemológica, porque é fácil enredarmos-nos em armadilhas sedutoras.

Tentarei agora explicitar as opções temáticas e cronológicas que elegi. Poder-se-ia optar pela diacronia ao longo do séculos XVI-XVIII, limitando as instituições em análise; pela sincronia, alargando o espectro institucional; ou, ainda na sincronia, preferir o estudo de apenas algumas instituições, mas fazê-lo com múltiplas abordagens, indo muito além da análise institucional, entrando, por exemplo, no estudo das pessoas nelas envolvidas, no universo das elites e da pobreza, nas suas tipologias, nas suas crenças, nas suas representações, etc. A opção feita para este Guia é, na realidade, uma solução intermédia das três indicadas. Creio que esta escolha traz várias vantagens, ao possibilitar o alargamento do leque das informações, a diversidade das metodologias de investigação e a pluralidade interpretativa.

As instituições, que não são nem nunca foram realidades estáticas, têm a sua história bem marcada. Começar-se-á, pois, com o estudo da génese e evolução da rede institucional, seus recursos financeiros, políticos e simbólicos, do papel central das misericórdias, mas também dos hospitais, recolhimentos, confrarias, ordens terceiras..., procurando abarcar a totalidade das tipologias criadas, visando identificar também os sistemas simbólicos que lhes estão subjacentes. Porque foi importantíssima, será aprofundada a intervenção do poder central nestes institutos durante os três últimos reinados do Antigo Regime português. É claro que se poderia parar em 1807 ou alargar o campo de análise até 1832, 1834 ou mesmo 1850, pois o Antigo Regime desagregou-se gradualmente até à Regeneração. Contudo, as Cortes vintistas, a legislação de Mouzinho da Silveira, de 1832, e as transformações administrativas posteriores a 1834 – já libertas do espartilho jurídico-político anterior – foram de tal forma voluntariosamente reformadoras que considerarei mais sensato deter-me antes de tais convulsões. Acresce que a intervenção do poder central de finais do século XVIII e primeiros anos da centúria seguinte anunciam já essas transformações, iluminando pelo seu reformismo a época antecedente e anunciando o Portugal de Oitocentos.

Cumprida a primeira parte, passar-se-á ao estudo das pessoas envolvidas no sistema, onde se distinguem três grupos: os dirigentes institucionais, os assalariados e o público-alvo. Privilegiar-se-á o século XVIII e a primeira metade do século XIX porque, no que se refere a esta temática, sempre dediquei mais esforço a esse período. Nessa segunda parte analisar-se-ão apenas algumas tipologias de assistidos, um grupo específico de trabalhadores e alguns mentores da assistência, suas lógicas, motivações e formas de poder.

Creio ser importante lembrar a importância de focar períodos de transição, muitas vezes mal estudados precisamente por serem margens. Passa-se isso com as primeiras décadas de Oitocentos que, frequentemente, são deixadas na penumbra tanto por modernistas, como por contemporaneístas. Por essa razão, entre outras, sempre privilegiei, na minha investigação, a segunda metade de Setecentos e a primeira de Oitocentos, período secular um pouco ingrato quando se trata de o classificar utilizando as tradicionais periodizações que, a serem rigidamente seguidas, provocam real empobrecimento historiográfico. Empobrecimento que, afinal, resulta de meras convenções cronológicas transformadas em fundamento epistemológico.

Quantas vezes me perguntaram se era modernista ou contemporaneísta! E, *malgré moi*, me sentia desconfortável ao responder... Ora, é, frequentemente, quando se analisa um sistema em decomposição que se compreendem cabalmente a sua natureza e os seus fundamentos. A desagregação do “antigo regime social” remete-nos para um tempo anterior, a essência de uma estrutura que vai desaparecendo e, simultaneamente, percebem-se os fundamentos de uma nova ordem que se quer implantar. Considero, pois, estes chamados períodos de transição especialmente fecundos para o aprofundar do conhecimento histórico. No que a este tema respeita, aplica-se especialmente o que se acaba de afirmar, com a vantagem acrescida de vivermos na actualidade, quanto a estas problemáticas, um período também ele de transição, pois também hoje se questiona o sistema de protecção social, se propõem soluções radicalmente diferentes (ou que se julgam ser), se esgrimem argumentos quantas vezes (intemporalmente) iguais aos de antanho.

Já tive oportunidade de assinalar que quando se trata o tema da acção social, nada parece anacrónico: “Volta-se ciclicamente às mesmas representações ou a soluções de natureza semelhante. Afigura-se (e é quase herético dizê-lo um historiador) que no que à pobreza diz respeito o tempo não é linear, que nunca há aqui anacronismos. Ouvimos alguns políticos de agora que parecem ecos das vozes do passado. Vemos as perplexidades dos nossos contemporâneos que parecem reproduzir as dos seus avós. A pobreza não desapareceu. Pelo contrário. E os discursos, as soluções políticas e as reacções populares oscilam como um pêndulo entre o desprezo, se não mesmo a agressividade, e a compaixão” (M. A. Lopes, 2000). Assim acontece agora, assim aconteceu na época alvo de análise deste livro.

Justifique-se, ainda, a razão da utilização do conceito “controlo social” que com frequência associa a “protecção social”. Faça-o porque na Idade Moderna a assistência tem, em várias das suas modalidades, um carácter repressivo muito acentuado, sendo as instituições de acção social simultaneamente caritativas e disciplinares, estruturando, de facto, um conjunto de mecanismos de vigilância sobre a população carenciada. Coexistindo embora, e bem vivaz, a concepção medieval do pobre sacralizado porque imagem de Cristo, torna-se também vulgar identificá-lo com pecador ou em perigo de danação e ainda, menos religiosamente, equipará-lo a criminoso ou potencialmente criminoso. Por isso, a assistência desembocava frequentemente em formas compulsivas de salvação das almas ou em garante da

ordem e da disciplina social. Cumpre dizer, todavia, que a Igreja Católica, como instituição e instituição de controlo social por excelência, não será aqui abordada; e o mesmo se aplica ao sistema judicial. No âmbito desta obra, o conceito de controlo social surge, pois, e de forma recorrente, por ser indissociável das motivações da protecção social, mas apenas ligado às instituições de assistência e à repressão dos pobres.

Ainda umas palavras sobre a bibliografia fornecida, que é extensa, por ser concebida como instrumento de trabalho, não só para a preparação dos assuntos em apreço mas também para futuros desenvolvimentos temáticos e aplicação à investigação. Optou-se por não sinalizar as obras consideradas fundamentais, porque se pretende que os estudantes exercitem e aprofundem as suas capacidades de avaliação crítica da bibliografia e creio que esse objectivo seria frustrado com tal indicação. Sobre as temáticas desta obra encontram-se monografias (nomeadamente de misericórdias e confrarias) realizadas por pessoas sem formação científica. Na bibliografia elencada constarão, pois, alguns trabalhos menos pensados e sustentados – para o que desde já se alerta – que optei por incluir porque, em geral, este tipo de publicações fornece boa informação factual, pese embora um forte cariz laudatório. Não serão indicadas as páginas das obras onde se colheu a informação utilizada e cujos autores e títulos em questão virão referenciados ao longo do texto. É uma opção discutível, mas tomei-a por entender que a sua selecção faz parte do treino dos alunos. Seria lamentável que eles fizessem deste livro uma “sebenta”, dispensando a pesquisa bibliográfica e a selecção dos conteúdos com interesse para os temas que buscam, o que é absolutamente fundamental para a sua formação. Concebi, pois, este livro como instrumento de trabalho que os desafia para o labor autónomo e criativo. Finalmente, considere ser importante que alunos e investigadores dispusessem de uma bibliografia temática e de uma bibliografia geral, pese embora a repetição dos títulos.